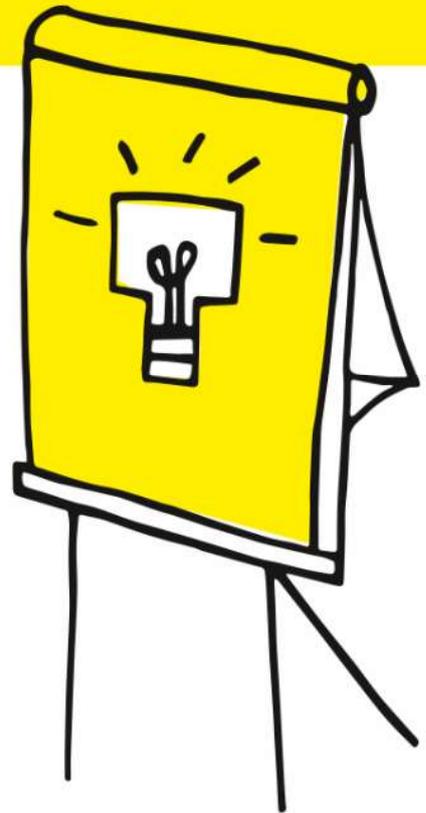
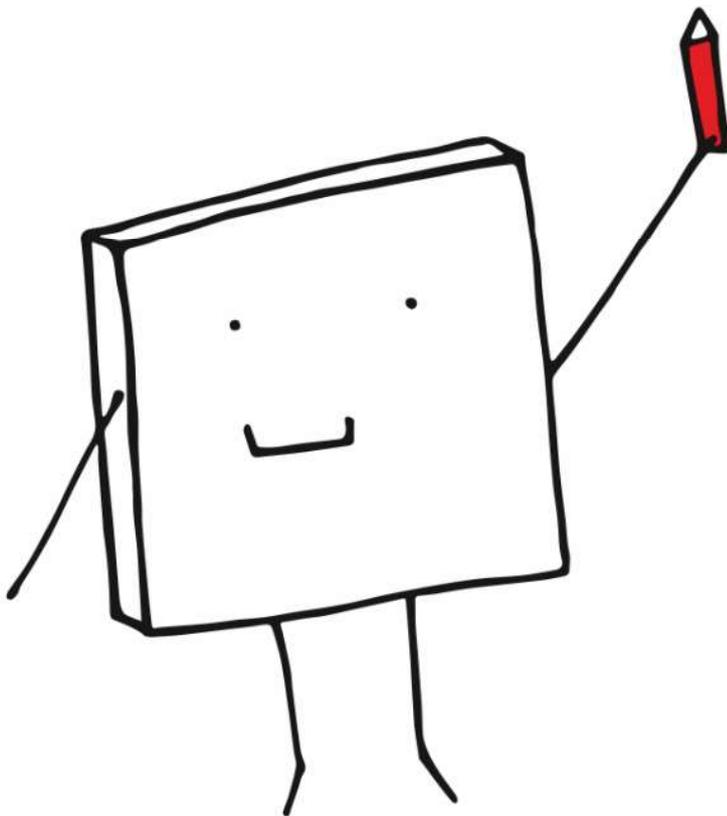




# profideias

Como melhorar a educação  
e as condições de trabalho  
dos professores em Portugal



# ÍNDICE

	Página
<b>Introdução .....</b>	<b>Pág. 3</b>
<b>Modelo de Questionário utilizado .....</b>	<b>Pág. 4</b>
<b>I - Grupo Disciplinar – participação por grupos de docência .....</b>	<b>Pág. 5</b>
<b>II - Distritos – Distribuição por distritos .....</b>	<b>Pág. 6</b>
<b>III - Prioridades reivindicativas .....</b>	<b>Pág. 7</b>
<b>IV - Outras prioridades .....</b>	<b>Pág. 8</b>
<b>Outras prioridades – sugestões apresentadas pelos participantes .....</b>	<b>Pág. 10</b>
- <i>Aposentação + Deslocações / Alojamento</i>	<i>Pág. 10</i>
- <i>Política Educativa + CGA / Segurança Social / ADSE</i>	<i>Pág. 11</i>
- <i>Tempo de Trabalho / Trabalho Burocrático + Salários / Fiscalidade</i>	<i>Pág. 12</i>
- <i>Concursos</i>	<i>Pág. 13</i>
- <i>Ultrapassagens / Recuperação do Tempo de Serviço / Reposicionamento</i>	<i>Pág. 14</i>
- <i>Violência / Indisciplina Escolar / Segurança + Gestão das Escolas</i>	<i>Pág. 15</i>
- <i>Docentes Contratados + Carreira Docente</i>	<i>Pág. 16</i>
- <i>Avaliação + 1º Ciclo do Ensino Básico + Educação Pré-Escolar</i>	<i>Pág. 17</i>
- <i>Saúde + Ensino Especial + Artigo 79º + Formação + Outros</i>	<i>Pág. 18</i>
- <i>Agradecimentos</i>	<i>Pág. 19</i>

# INTRODUÇÃO

Após a realização de 157 Plenários/reuniões sindicais, realizados entre os dias 28 de outubro e 22 de novembro de 2019, em diversas escolas dos Distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, foram obtidas e validadas, através do questionário disponibilizado na página de internet do SPZN e em suporte de papel, 1715 respostas, cujos resultados apresentamos no presente relatório.

Este relatório, mais não é que um apuramento dos dados recolhidos, permitindo-nos fazer uma análise a cada uma questões colocadas. Resumidamente podemos perceber a distribuição da participação, por grupos disciplinares, zona geográfica/distritos e das reivindicações que merecem maior aceitação, bem como a identificação de outras, propostas pelos participantes.

Este é um instrumento de trabalho, que importa analisar para melhor perceber aquilo que os professores e educadores, que representamos, nos transmitem como sendo as suas principais e mais urgentes reivindicações.

Se as 1715 respostas recebidas, nos permitem aferir alguns dados, a continuidade da ação sindical de proximidade, junto dos colegas e nas escolas, permitir-nos-á certamente reforçar a validação das respostas dadas e contribuir para uma cada vez melhor ação reivindicativa, tornando-a o mais representativa possível da opinião e interesses dos colegas que representamos.

A ação sindical que defendemos e pretendemos promover não pode ser assente em ideias vagas e representativas de qualquer interesse pessoal ou de pequenos grupos, mas sim feita através de dados objetivos que nos ajudem a tomar as decisões mais corretas e que melhor defendam os professores, educadores, formadores e investigadores, que representamos.

Comissão Permanente do SPZN

Porto, 3 de janeiro de 2020

# QUESTIONÁRIO

Modelo de questionário utilizado no preenchimento em suporte de papel



Como melhorar a educação e as condições de trabalho dos professores em Portugal

GRUPO DISCIPLINAR

DISTRITO

## PRIORIDADES REIVINDICATIVAS URGENTES

*(Selecione as 3 reivindicações que considera mais urgentes)*

- Estabelecer em sede de negociação a forma e o prazo da recuperação do tempo em falta do total de 9 anos 4 meses e 2 dias que estiveram congelados.
- Definir os critérios do conteúdo e da organização do tempo de trabalho dos docentes dos ensinos básico e secundário (com as clarificações necessárias para as componentes letiva e não letiva), estabelecendo compensações nos casos em que seja pontualmente necessário exceder os limites estabelecidos.
- Iniciar um processo negocial que conduza à determinação de condições específicas de aposentação, sem penalizações, e tendo em conta o especial desgaste que o trabalho em educação provoca.
- Extinção do regime de quotas no acesso aos 5º e 7º escalões.
- Revisão da dimensão geográfica dos Quadros de Zona Pedagógica, tornando-os mais pequenos.
- Legislar no sentido de acabar com a precariedade laboral.
- Determinar que o direito à formação contínua obrigatória deve ser assegurado com redução do tempo de trabalho.
- Proceder à revisão do regime jurídico do ensino português no estrangeiro.

OUTRAS

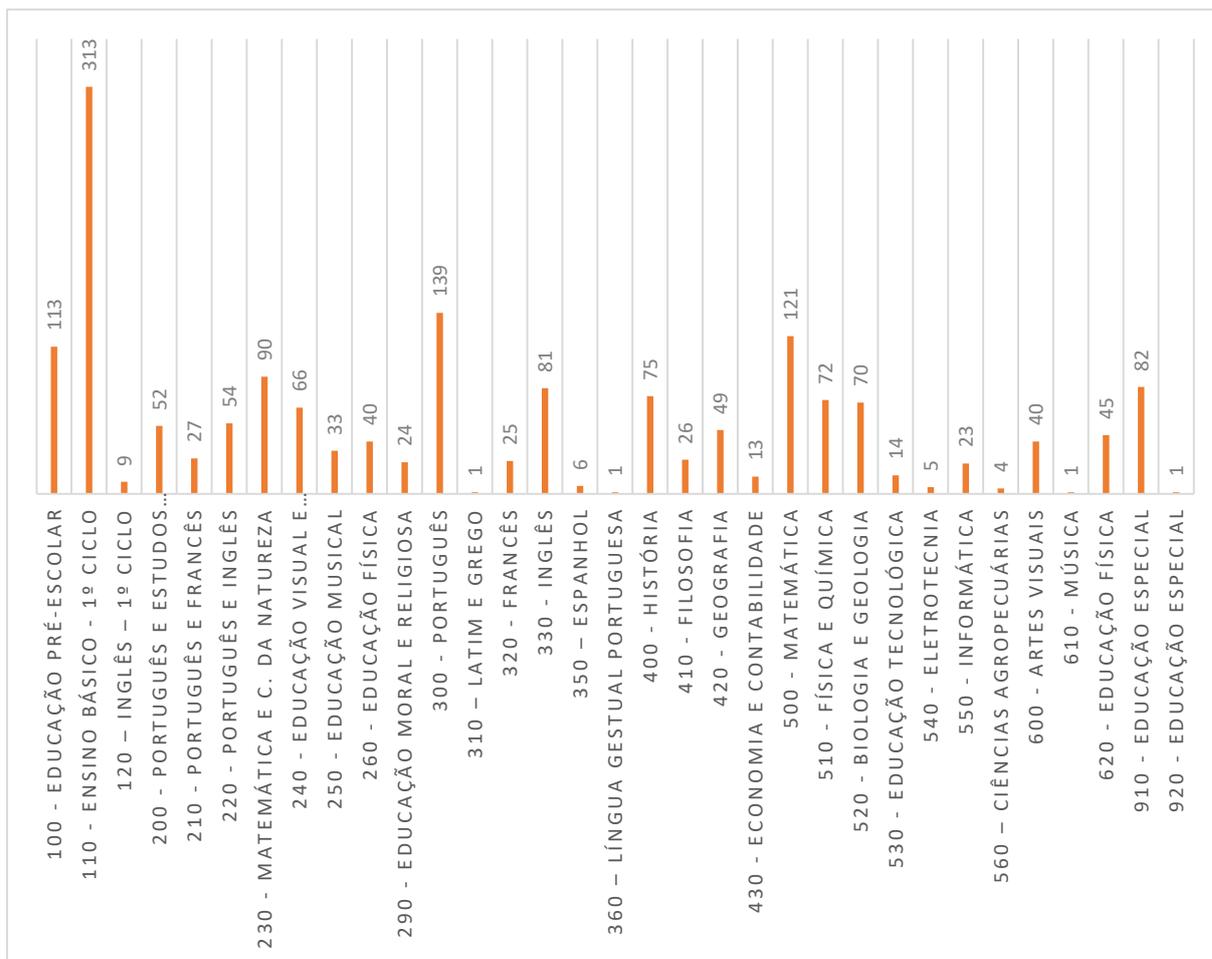
- .....
- .....
- .....

# I - GRUPO DISCIPLINAR

## Participação por grupos de docência

Foram recebidas e validadas **1715 respostas**, distribuídas pelos diferentes grupos disciplinares, conforme a seguinte representação percentual por universo de participantes:

Educação Pré-escolar	<b>6,6%</b>
1º CEB	<b>18,8%</b>
2º CEB	<b>22,5%</b>
Ensino Secundário	<b>47,3%</b>
Educação especial	<b>4,8%</b>



100 - Educação Pré-Escolar	<b>113</b>
110 - Ensino Básico - 1º Ciclo	<b>313</b>
120 - Inglês - 1º Ciclo	<b>9</b>
200 - Português e Estudos Sociais/História	<b>52</b>
210 - Português e Francês	<b>27</b>
220 - Português e Inglês	<b>54</b>
230 - Matemática e C. da Natureza	<b>90</b>
240 - Educação Visual e Tecnológica	<b>66</b>
250 - Educação Musical	<b>33</b>
260 - Educação Física	<b>40</b>
290 - Educação Moral e Religiosa	<b>24</b>

300 - Português	<b>139</b>
310 - Latim e Grego	<b>1</b>
320 - Francês	<b>25</b>
330 - Inglês	<b>81</b>
350 - Espanhol	<b>6</b>
360 - Língua Gestual Portuguesa	<b>1</b>
400 - História	<b>75</b>
410 - Filosofia	<b>26</b>
420 - Geografia	<b>49</b>
430 - Economia e Contabilidade	<b>13</b>
500 - Matemática	<b>121</b>

510 - Física e Química	<b>72</b>
520 - Biologia e Geologia	<b>70</b>
530 - Educação Tecnológica	<b>14</b>
540 - Eletrotecnia	<b>5</b>
550 - Informática	<b>23</b>
560 - Ciências Agropecuárias	<b>4</b>
600 - Artes Visuais	<b>40</b>
610 - Música	<b>1</b>
620 - Educação Física	<b>45</b>
910 - Educação Especial	<b>82</b>
920 - Educação Especial	<b>1</b>

## II - DISTRITOS

### Distribuição por Distritos

Foram recebidas e validadas 1715 respostas, distribuídas por Distritos, conforme se apresenta:

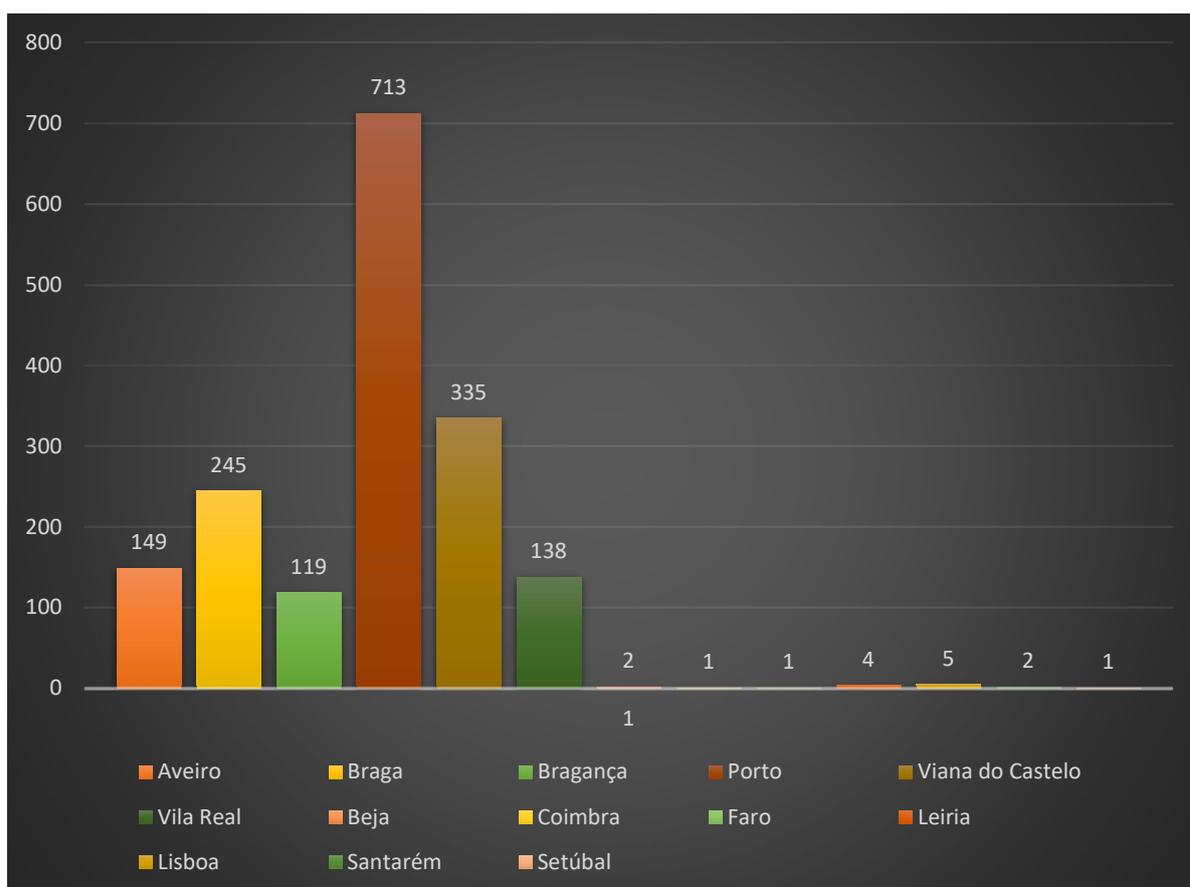
Aveiro	149
Braga	245
Bragança	119
Porto	713
Viana do Castelo	335
Vila Real	138

Beja	2
Coimbra	1
Faro	1
Leiria	4
Lisboa	5
Santarém	2
Setúbal	1

<b>Total zona norte</b>	<b>1699</b>
-------------------------	-------------

<b>Total outras zonas</b>	<b>16</b>
---------------------------	-----------

**Total – 1715**



**Tabela:** Número de respostas por Distritos

### III - PRIORIDADES REIVINDICATIVAS

Foram identificadas, pelos participantes na consulta online, entre 8 hipóteses fornecidas e solicitando que fossem selecionadas as três consideradas mais urgentes, as correspondentes de acordo com a seguinte distribuição percentual e número de respostas obtidas:

- Estabelecer em sede de negociação a forma e o prazo da recuperação do tempo em falta do total de 9 anos 4 meses e 2 dias que estiveram congelados.	▶	<b>77,1%</b>	<b>1322</b>
- Definir os critérios do conteúdo e da organização do tempo de trabalho dos docentes dos ensinos básico e secundário (com as clarificações necessárias para as componentes letiva e não letiva), estabelecendo compensações nos casos em que seja pontualmente necessário exceder os limites estabelecidos.	▶	<b>14,7%</b>	<b>252</b>
- Iniciar um processo negocial que conduza à determinação de condições específicas de aposentação, sem penalizações, e tendo em conta o especial desgaste que o trabalho em educação provoca.	▶	<b>6,7%</b>	<b>115</b>
- Extinção do regime de quotas no acesso aos 5º e 7º escalões.	▶	<b>0,5%</b>	<b>9</b>
- Revisão da dimensão geográfica dos Quadros de Zona Pedagógica, tonando-os mais pequenos.	▶	<b>0,7%</b>	<b>12</b>
- Legislar no sentido de acabar com a precariedade laboral.	▶	<b>0,3%</b>	<b>5</b>
- Determinar que o direito à formação contínua obrigatória deve ser assegurado com redução do tempo de trabalho.	▶	<b>0%</b>	<b>0</b>
- Proceder à revisão do regime jurídico do ensino português no estrangeiro.	▶	<b>0%</b>	<b>0</b>

<b>Totais</b>		<b>100%</b>	<b>1715</b>
---------------	--	-------------	-------------



- Estabelecer em sede de negociação a forma e o prazo da recuperação do tempo em falta do total de 9 anos 4 meses e 2 dias que estiveram congelados.
- Definir os critérios do conteúdo e da organização do tempo de trabalho dos docentes dos ensinos básico e secundário, estabelecendo compensações nos casos em que seja pontualmente necessário exceder os limites estabelecidos.
- Iniciar um processo negocial que conduza à determinação de condições específicas de aposentação, sem penalizações, e tendo em conta o especial desgaste que o trabalho em educação provoca.
- Extinção do regime de quotas no acesso aos 5º e 7º escalões.
- Revisão da dimensão geográfica dos Quadros de Zona Pedagógica, tonando-os mais pequenos.
- Legislar no sentido de acabar com a precariedade laboral.
- Determinar que o direito à formação contínua obrigatória deve ser assegurado com redução do tempo de trabalho.
- Proceder à revisão do regime jurídico do ensino português no estrangeiro.

## IV - OUTRAS PRIORIDADES

### Sugestões/contributos enviados por 274 participantes no questionário

Foram recebidas 311 sugestões reivindicativas, que dividimos por tipologias de acordo com o seu teor e que se organizam e quantificam de acordo com o seguinte quadro:

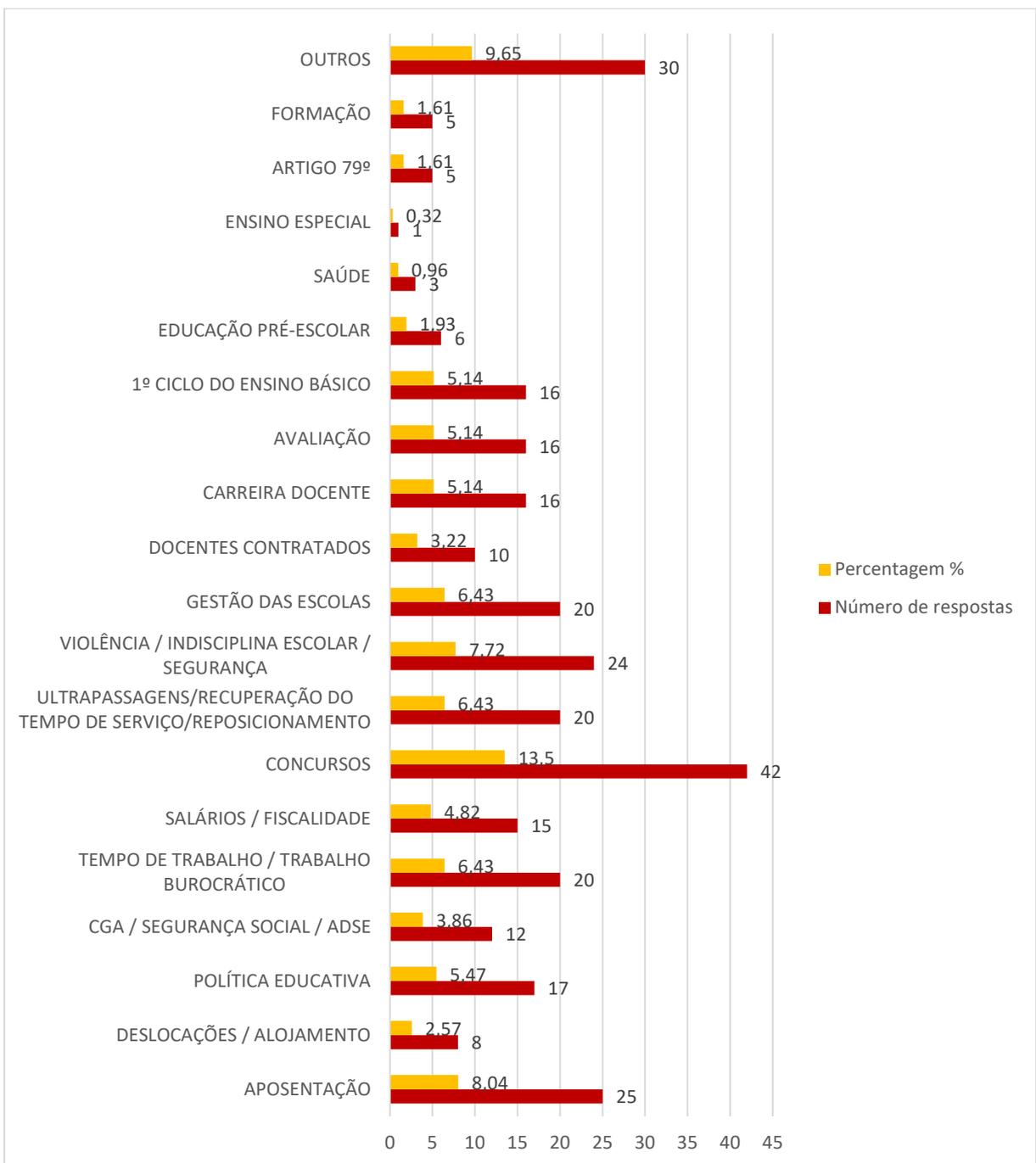
#### QUADRO RESUMO DAS SUGESTÕES APRESENTADAS

	TIPOLOGIA	Número de sugestões	%
01	APOSENTAÇÃO	25	8,04
02	DESLOCAÇÕES / ALOJAMENTO	8	2,57
03	POLÍTICA EDUCATIVA	17	5,47
04	CGA / SEGURANÇA SOCIAL / ADSE	12	3,86
05	TEMPO DE TRABALHO / TRABALHO BUROCRÁTICO	20	6,43
06	SALÁRIOS / FISCALIDADE	15	4,82
07	CONCURSOS	42	13,50
08	ULTRAPASSAGENS/RECUPERAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO/REPOSICIONAMENTO	20	6,43
09	VIOLÊNCIA / INDISCIPLINA ESCOLAR / SEGURANÇA	24	7,72
10	GESTÃO DAS ESCOLAS	20	6,43
11	DOCENTES CONTRATADOS	10	3,22
12	CARREIRA DOCENTE	16	5,14
13	AVALIAÇÃO	16	5,14
14	1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	16	5,14
15	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	6	1,93
16	SAÚDE	3	0,96
17	ENSINO ESPECIAL	1	0,32
18	ARTIGO 79º	5	1,61
19	FORMAÇÃO	5	1,61
20	OUTROS	30	9,65

Pode verificar-se que os problemas associados ao modelo de concursos merecem uma especial referência por parte dos participantes, resultando em 13,5% das sugestões apresentadas.

Outros aspetos referidos, e que preocupam um grande número dos inquiridos, dizem respeito a questões relacionadas com a urgência de se encontrar uma solução digna para a sua aposentação, bem como sobre a violência, indisciplina em meio escolar e segurança nas escolas.

O tempo de trabalho e as exigências consideradas burocráticas, a não consideração da totalidade do tempo de serviço prestado, o reposicionamento na carreira e o resultando das medidas impostas pelo Ministério da Educação, que se traduzem em ultrapassagens na carreira, e ainda a Gestão das Escolas, são outros aspetos que se destacam nas sugestões apresentadas pelos docentes, conforme se pode verificar na tabela apresentada, na página seguinte, e que apresenta o número e respetiva percentagem das sugestões obtidas.



**Tabela:** Tipologia das reivindicações dos docentes

# OUTRAS PRIORIDADES

## Sugestões dos participantes no questionário

1 - APOSENTAÇÃO		Nº
10	Aposentação antecipada para os docentes do primeiro ciclo uma vez que o seu horário letivo é maior face aos docentes dos outros grupos de ensino.	25
11	A prioridade de os professores do 1º ciclo se reformarem mais cedo sem penalizações atendendo ao desgaste da profissão e as 25 horas letivas ao longo da carreira.	
19	Reforma aos 60 anos, prioridade principal.	
21	Iniciar um processo negocial que conduza à determinação de condições específicas de aposentação dos professores do pré e 1º ciclo	
68	Aposentação aos 60 anos de idade, independentemente dos anos de descontos.	
88	Aposentação aos 60 anos de idade, independentemente do tempo de serviço.	
93	Aposentação – 60 anos de idade (independentemente do tempo de serviço). Garantir a segurança dos Professores nas escolas. Redução do número de alunos por turma.	
94	Passar a idade da reforma para os 60 anos.	
100	Negociar a reforma dos professores	
114	Reforma aos 63 anos em substituição dos 9 anos 4 meses e 2 dias.	
129	Por uma aposentação digna	
130	Aposentação pelo menos aos 60 anos com 36 de serviço	
131	Aposentação deve ser sem prejuízo e definir uma idade que seja possível atingir com dignidade (ex. 64 anos e 30 serviço)	
134	Respeitar o direito a uma aposentação no tempo certo. O desgaste é visível a redução ao abrigo do art.º. 79 não é cumprida e o professor no final da sua carreira ainda trabalha mais. Muito mau mesmo	
135	Aposentação digna em tempo de serviço e idade corpo docente muito desgastado e sem condições de trabalho digno	
172	O prazo de recuperação do tempo de serviço em falta de 9A 4M e 2D, deve contar para aposentação para quem está no 9º e 10º escalões.	
228	Legislar para uma aposentação aos 60 anos sem penalizações	
185	Aposentação aos 60 anos de idade	
267	Regime aposentação a partir dos 60 anos	
268	Aposentação a partir dos 36 anos serviço	
274	processo negocial para aposentação a partir dos 60 anos mesmo que tenhamos que descontar até aos 66 anos	
209	Tomar a dianteira no debate/propostas sobre sustentabilidade, pagamento de reformas condignas	
230	Aposentação limite aos 60 anos devido o desgaste profissional, sem qualquer penalização.	
231	Legislar sobre um processo negocial que conduza à aposentação a partir dos 60 anos sem paralisações independentemente do tempo de serviço.	
193	Reforma aos 60 anos	

2 - DESLOCAÇÕES / ALOJAMENTO		Nº
1	Subsídio de deslocação e alojamento para docentes que estejam colocados a mais de 75km. de casa	8
2	Pagar deslocações entre escolas a um preço justo.	
6	Subsídio de deslocação para os professores deslocados	
15	Os professores devem ter direito a subsídio de alojamento, transporte, deslocação em caso disso. E ainda o cartão de professor da escola em que o professor se encontra devia funcionar como o cartão jovem, de forma a alcançar descontos na compra de viagens por exemplo na CP ou autocarros, etc...Enquanto isto não se verificar vai começar cada vez mais a haver falta de professores...	
58	Considerar ajudas de custo para os professores deslocados.	
235	Dia sem componente letiva a quem está a mais de 100 Km da sua residência.	
221	Em caso de deslocações ter direito a ajudas de custo.	
220	Em caso de deslocações haver direito a ajudas de custo	

<b>3 - POLÍTICA EDUCATIVA</b>		<b>Nº</b>
3	Estabelecer acordo entre partidos políticos no sentido de manter os objetivos da política educativa durante períodos de 10 ou 15 anos, sem que haja alterações de regras e procedimentos que interfiram na lecionação, findo este período proceder-se à avaliação e corrigir o que está mal, de forma a iniciar outro ciclo de estabilidade na lecionação.	<b>17</b>
22	Repensar a formação inicial	
26	Voltar a existir o par pedagógico a EV e ET no 2 ciclo.	
45	Recuperar a confiança que o ministério da educação, as políticas educativas e a sociedade em geral devem conferir aos professores.	
18	É necessário reivindicar a possibilidade de colaboração de docentes, com prática efetiva de trabalho direto nas escolas nos últimos 10 anos, em grupos de trabalho onde tenham um papel determinante na tomada de decisões, nas revisões legislativas ou na definição de currículos e programas, por exemplo, para que se atualize o conhecimento das reais necessidades da Escola Atual.	
32	Regulamentar por portaria do ministério da educação a possibilidade dos docentes com mais de 60 anos puderem desempenhar tarefas compatíveis em estabelecimentos de educação ou de ensino, que não as de titular de turma/turmas. Podem articular-se as experiências com o vigor dos mais novos.	
37	Reduzir o Programa Curricular das disciplinas	
69	Redução do número de alunos por turma	
189	Revisão da dimensão geográfica dos QZP's	
240	Reposição do par pedagógico	
152	Rever a escolaridade obrigatória de 12 anos.	
193	Diminuir o número de alunos por turma.	
243	Revisão dos programas: são muito extensos e não estão apropriados à maturidade das crianças. Reduzir o nº de alunos por turma 15 alunos.	
219	Redução do nº de alunos por turma.	
220	Redução do nº de alunos por turma.	
218	Redução do nº alunos por turma. Entrada no 1º ciclo com 7 anos.	
141	Promoção da qualidade do ensino público.	

<b>4 – CGA / SEGURANÇA SOCIAL / ADSE</b>		<b>Nº</b>
4	Garantir que em caso de doença seja pelo regime da segurança social seja pela caixa geral de aposentações, os descontos do professor vinculado são iguais em percentagem, tanto em ausência inferior a 3 dias como superior aos 3 dias.	<b>12</b>
7	Integrar nos quadros os docentes contratados com mais de 10 anos de tempo de serviço. Direitos iguais na doença para os docentes que pertencem a CGA e os que pertencem a segurança social	
65	Exigir contabilização dos dias de trabalho para efeitos da segurança social - questão do horário completo que é equiparado a horário a tempo parcial.	
127	Igualdade de tratamento entre docentes da CGA e segurança social (faltas por deficiência)	
142	Regulamentação do código dos regimes contributivos do sistema da segurança social.	
148	Número de dias que os contratados descontam para a S.S., com horário inferior a 16h.	
151	Rever as normas da segurança social relativa à maternidade.	
156	Reivindicar o desconto de 30 dias para a segurança social nos casos dos horários incompletos inferiores a 15h.	
157	Declaração do nr. º de dias à segurança social no caso dos horários incompletos.	
160	Alterar a desigualdade entre professores que descontam para a CGA e os que descontam para a SS.	
269	ADSE	
273	ADSE direitos iguais para todos os docentes - todas caixa geral aposentações	

<b>5 - TEMPO DE TRABALHO / TRABALHO BUROCRÁTICO</b>		<b>Nº</b>
5	A escola voltar a ser democrática, o que não acontece atualmente. Diariamente somos bombardeados com novas exigências profissionais sem sermos ouvidos sobre elas, nomeadamente a implementação do DAC. A implementação deste projeto implica um aumento enorme do trabalho para os professores, porém não há qualquer redução na componente letiva. Resumindo: a cada dia nos é pedido mais trabalho e nada como contrapartida. Passamos cada vez mais horas inúteis na escola, retirando esse tempo aos nossos filhos e às nossas famílias. Entendo que os sindicatos deviam tomar posição no sentido de travar esta enurrada coisas sem jeito com as quais somos obrigados a lidar, sem ninguém nos ter consultado sobre o que pensamos sobre elas.	20
84	Definir os critérios do conteúdo e da organização do tempo de trabalho dos docentes dos ensinos básico e secundário (com as clarificações necessárias para as componentes letiva e não letiva), estabelecendo compensações nos casos em que seja pontualmente necessário exceder os limites estabelecidos.	
43	Um professor pode ter 22 turmas e mais de 500 alunos para avaliar. deve existir um limite	
54	A partir de certa idade atribuírem outras funções, compatíveis com a sua profissão, mas libertos de todo o trabalho burocrático, que agora lhes é atribuído.	
63	Reduzir o trabalho burocrático.	
179	Acabar com o trabalho improdutivo, de caráter burocrático, destinado a esvaziar a profissão de conteúdo	
170	Cargos (ex.: Coordenador de ano) não terem redução.	
263	Distinguir, dentro das áreas curriculares, aqueles que verdadeiramente têm mais carga não letiva. Será o professor de Educação Física trabalha tanto como um de Português. Correção de testes, exames...	
214	Clarificação e atribuição efetiva do tempo parcial.	
128	Situação do desporto escolar e da hora de saída ao Sábado que está como hora não letiva	
222	Reduzir tarefas para além das 35 horas semanais. Não realização de testes. Avaliação de alunos apenas em salas de aula.	
77	Acabar com o excesso de burocracia.	
188	Definir o que é componente letiva e não letiva.	
198	Considerar como tempo letivo todo o trabalho desenvolvido junto dos discentes (apoios/coadjuvações/...)	
64	Contabilizar as horas de redução da componente letiva aos docentes com mais de 60 anos em dia livre.	
243	Menos burocracia	
190	Redução da componente letiva, gradualmente, a partir, no mínimo, dos 45 anos	
177	Cargos que deveriam ter redução letiva (EMAEI e CAA)	
178	Cargos que deveriam ter redução letiva (EMAEI e CAA)	
83	- Redução do tempo letivo em função do número de alunos por hora letiva (+100 alunos 2 horas, entre 100 e 150 + 1 hora etc.) - No caso da componente letiva no grupo ser deficitária, por ex. 30h para 2 docentes, ser 15h para cada e não 22 para o mais graduado e 8 para outro. - A realização de reuniões ser obrigatória dentro do período letivo normal (8:30 às 18:30)	

<b>6 - SALÁRIOS / FISCALIDADE</b>		<b>Nº</b>
8	Aumento de salário, não apenas com a inflação. Novas tabelas de IRS.	15
38	Aumentos salariais. Corrigir ultrapassagens na carreira.	
40	Especulação imobiliária que dificulta uma vida digna.	
99	Redução do número de escalões e conseqüente eliminação da disparidade de salários entre o primeiro e o décimo escalão.	
132	Subsídio de refeição proporcional ao horário atribuído	
206	Compensação em termos de IRS das despesas de deslocação a partir de 30 km e despesas relacionadas com a atividade docente.	
223	Desconto de 100% do vencimento nos 3 primeiros dias de atestado médico.	
227	Atribuir subsídios aos professores nas zonas mais caras.	
262	Subsídio de refeição profissional à carga horária.	
264	Subsídio de refeição proporcional às horas.	
258	Aumento do salário tendo em consideração o aumento do salário mínimo.	
167	Reposição de vencimento referente à congelação do tempo de serviço.	
202	Incentivos financeiros nas deslocações /alugar casa.	
241	Ajudas de custo para deslocações.	
230	Legislar novas tabelas salariais com aumentos.	

7 - CONCURSOS		Nº
13	Colocação dos professores com filhos menores de 16 anos junto da sua área de residência.	
28	Acabar com a Norma Padrão... Muito depende da "sorte" ou "azar" de uma renovação de contrato. Além do mais, a lei não está a ser cumprida: muitos vinculam com dois anos de horário temporário (em que fazem os 365 dias) e apenas têm horário anual no 3.º contrato para garantir o vínculo... muito, muito injusto. É necessário fazer um concurso externo extraordinário este ano, respeitando a graduação.	
57	Revisão dos concursos permitindo mais mobilidade a docentes dos quadros (QA/QE/QZP)	
60	Começar a colocar os QZP nos lugares onde realmente pertencem! Eu só concorri ao QZP que pretendia; só vinculei ao fim de 19 anos. Agora sou colocada a 40 km de casa, quando à minha porta estão os que vincularam noutros QZP, mas nunca lá foram. É injusto. Se cada professor de QZP fosse efetivamente para o seu QZP, havia excesso de professores em Lisboa e não insuficiência, como apregoam. A César o que é de César!	
53	Extinção da norma travão	
87	Revisão das regras dos concursos docentes - redução do número de alunos por turma - renovação do corpo docente	
97	Os professores da norma travão ultrapassam os que estão em QZP, impedindo-os de se aproximarem	
105	Rever as prioridades em vigor nos concursos dos professores dos quadros; considerar apenas a graduação profissional e não a colocação em QA em detrimento dos QZP.	
109	Acabar com a norma travão. Concurso Nacional sempre respeitando as graduações.	
110	Concurso Nacional sempre respeitando as graduações. Acabar com a norma travão.	
124	Lista única de graduação no Concurso de Professores.	
117	Acabar com a norma tampão!	
70	Rever a situação dos qzp's que há muitos anos (desde 2004/2005) querem mudar desse qzp e não conseguem, e vão sendo ultrapassados por professores, que em colocação externa, são colocados no qzp por eles pretendido - um professor que já é QZP e leciona num determinado qzp há mais de 4 anos, deve ficar afeto a esse qzp.	
126	Rever o processo de concurso, com desaparecimento de prioridades, fim das renovações e melhorar norma travão.	
144	Definir novas regras para o concurso de docentes com uma só lista de graduação para QA e QZP.	
147	Graduação profissional como prioridade única nos concursos.	
150	Concursos de acordo com a lista graduada.	
153	Lista única de graduação em todos os concursos de professores. Revisão do horário semanal de trabalho.	
158	Lista única de graduação no concurso de professores.	
163	Definir a colocação de professores por ordem de graduação.	
183	Considerar a graduação profissional como critério único no concurso de mobilidade interna	
174	Concurso Mobilidade Interna (acabar com as prioridades) Respeito pela lista graduada	42
194	Concursos passarem a ser por ordem de graduação e não por prioridades.	
204	Assegurar que os docentes QA consigam aproximação à residência.	
213	Revisão dos moldes dos concursos.	
176	Rever questão da graduação como prioridade para efeitos de concurso. Acabar com a norma travão e apenas vinculação por graduação.	
208	Rever a posição dos professores do QZP relativamente aos professores do QND no concurso de mobilidade interna.	
259	Organizar o concurso de forma a que a graduação seja sempre o 1º critério.	
244	Abertura de vagas em quadro de Agrupamento.	
175	Concursos- acabar com a " Norma Travão"; os docentes do privado concorrerem depois dos docentes do ensino publico; acabar com as prioridades; respeitar a lista graduada.	
229	Estabelecer as mesmas prioridades em sede de concurso para QA ou QZP.	
256	Permuta dos professores para à proximidade à residência.	
191	Mobilidade Interna por ordem de graduação profissional e não QZP à frente de QA	
202	Abertura (contratação) de professores para os quadros com renovações frequentes.	
241	Fim da norma travão.	
230	Definir as mesmas prioridades em sede de concurso para quadros de escola e zona pedagógica.	
231	Estabelecer as mesmas prioridades em sede de concurso para QE e QZP	
159	Mobilidade por graduação.	
205	Permitir que os Professores de Quadro de Escola e QZP que se encontram SEM COMPONENTE LETIVA, retirada por junta médica, possam concorrer ao Concurso Mobilidade por Doença, e que este não seja inválido por se encontrarem nesta situação. Se a doença é comprovada por relatório médico e o seu local de residência é em outro distrito, encontrando-se afastados de casa, porque não podem concorrer? Sou Professora de QA, estou colocada em Matosinhos. Resido oficialmente em Santarém e tenho 2 doenças crónicas. A Componente letiva foi-me retirada por Junta Médica da DREL não sendo isso que dizia o relatório médico. Neste momento, e desde há 8 anos que não consigo aproximar-me de casa. Sou sindicalizada e já recorri várias vezes. Estas situações também são ignoradas. Será que tenho que fazer greve de fome á frente da Assembleia da República?	
116	Manutenção do Concurso Nacional e impedir o mesmo seja extinto.	
119	Mobilidade por graduação profissional.	
218	Rever o artigo 56 / permitir aos docentes concorrerem com a nota da licenciatura Rever o concurso para professores bibliotecários	

<b>8 - ULTRAPASSAGENS / RECUPERAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO / REPOSICIONAMENTO</b>		<b>Nº</b>
17	Impedir as ultrapassagens (inadmissível que colegas recém colocados nos quadros, com o mesmo tempo de serviço do que eu, estejam dois escalões à minha frente (ou até um!), pertencendo eu aos quadros desde 2003, tendo sofrido colocações longínquas (500km), quando os referidos colegas lecionavam perto de casa a contrato.	20
23	Proceder à equiparação em termos de escalão salarial dos docentes ultrapassados por outros com menos tempo de serviço	
27	Resolver a questão dos professores que ainda não foram reposicionados e foram "ultrapassados" por outros colegas que entraram depois de 2011 nos quadros e já foram reposicionados. É uma situação revoltante, injusta e que penaliza os docentes que ingressaram na carreira antes de 2011, seja em condições monetárias, seja psicologicamente!	
38	Aumentos salariais. Corrigir ultrapassagens na carreira.	
66	Corrigir as " ultrapassagens" que se verificaram, quer devido ao faseamento, quer pela integração de docentes na carreira ao abrigo de alguns despachos "camuflados"	
50	1ª prioridade: Como é possível docentes que ingressaram na carreira em 2011, com menos tempo de serviço do que eu que ingressei em 2006, estejam à frente na progressão da carreira (saliento que não têm qualquer bonificação e a vão passar ou já passaram para 4º escalão, enquanto eu ainda vou passar para o 3º escalão. As ultrapassagens são inúmeras e lamento que este tema não tenha sido uma prioridade acima a assinalar	
73	Corrigir as situações de ultrapassagem geradas pelo reposicionamento	
82	1- Corrigir as situações de ultrapassagem (professores que já estavam no 4º escalão aquando da reestruturação da carreira docente estão a ser ultrapassados pelos docentes contratados: ex. duas docentes iniciaram funções em 2000, mas a docente A com licenciatura entrou na carreira no ano 2001 e a docente B com bacharelato só mais tarde licenciatura continuou contratada até 2018 e fez alguns anos incompletos ao longo desse tempo; a docente A encontra-se no 2º escalão a receber 75% da remuneração deste patamar e a docente B encontra-se no 3º escalão, a receber a 100%, recebeu retroativos e está na eminência de subir para o 4º escalão. O tempo de serviço (4 anos) que a docente A passou no 3º escalão deixaram de existir na contagem do tempo de serviço para a sua carreira devido à reestruturação da CD, mas a docente B não sofreu essa penalização pelo facto de não pertencer à CD aquando da referida reestruturação (como contratada, foi-lhe contado todo o tempo de serviço feito até ali). 2- Acabar com a desigualdade entre o 1º ciclo e os restantes níveis de ensino (2º e 3º ciclos): no 2º e 3º ciclo, os docentes sempre usufruíram de redução de horário (22 horas letivas semanais) pela antiguidade (portanto, nos últimos anos da carreira), por isso sempre entraram para a reforma mais tarde do que os docentes do 1º ciclo, que não conseguem essa redução devido à existência de apenas um docente titular de turma. Neste momento, a idade de reforma é igual para todos os ciclos, apesar de esta situação de redução de horário se manter possível para o 2º e 3º ciclos e impraticável no 1º ciclo e no pré-escolar. 3- O programa nacional do 1º ciclo com excesso de conteúdos inúteis e/ou desadequados ao desenvolvimento psicológico e neurológico das crianças nesta faixa etária e falta espaço/tempo para consolidar conhecimentos e trabalhar as competências com uso de fatores de motivação e adequação às características de cada grupo. Mais conteúdos não trazem melhor ensino, pelo contrário...	
96	resolver as ultrapassagens	
169	Proceder à reposição no escalão adequado, de acordo com o tempo de serviço, devido às ultrapassagens aquando da reorganização da carreira docente.	
106	Garantir a equidade no progresso na carreira. Há professores que recuperam os 2 anos, 9 meses e 2 dias e outros que nem isso conseguem recuperar.	
24	Recuperar os anos em que o tempo das Educadoras das IPSS estive congelado	
265	ultrapassagens por eliminação do escalão 151	
248	Rever as injustas ultrapassagens na carreira docente.	
249	Corrigir a questão das ultrapassagens.	
251	Situações de ultrapassagens nas mudanças de escalão entre os docentes. Há muita injustiça, muitos colegas, inclusive eu, fomos ultrapassados por outros de forma injusta, devido à atualização/ revisão de decretos. Tem de haver coerência e justiça.	
115	Negociar o tempo remanescente para quem mudou para o 7º escalão em 2010.	
159	Contagem integral do tempo de serviço para todos os docentes (Reposicionamento).	
182	Exigir equidade na progressão da carreira: há professores que não foram avaliados no ano de 2019 por, injustamente em relação aos colegas, verem recuperados os 2 anos e 9 meses de forma faseada, só porque sim. Porém, no mesmo país, há diretores que, em algumas escolas, os avaliaram na mesma, para que estivessem em condições de mudar de escalão quando estivessem em condições de recuperação do tempo de serviço (faseada ou não), o que está correto e em conformidade com o ECD. Uns avaliaram, outros não. Que fizeram os sindicatos face a esta iniquidade?	
119	Reposicionamento pelo tempo de serviço.	

<b>9 - VIOLÊNCIA / INDISCIPLINA ESCOLAR / SEGURANÇA</b>		<b>Nº</b>
29	Providenciar para que os problemas disciplinares e as agressões- a docentes e discentes sejam exemplarmente punidos (docentes e alunos que querem aprender têm direitos!)	<b>24</b>
31	Combater a indisciplina generalizada e insustentável nas escolas, nomeadamente com maior responsabilização dos Encarregados de Educação, com sanções eficazes;	
44	Legislar no sentido de considerar crime grave as ofensas físicas, psicológicas e verbais aos docentes. Sendo avaliadora externa solicitar horas no horário de trabalho para o efeito. Acautelar a sanidade mental, física e psicológica dos professores. A nossa idade avança e os nossos alunos mantem sempre a mesma idade. O fosso etário é cada mais maior	
111	Tolerância zero à violência / indisciplina na escola	
125	Disciplina nas Escolas	
74	Assegurar a segurança dos docentes na escola	
75	Urgente - assegurar a segurança dos docentes na escola	
76	Garantir a segurança dos docentes na escola	
78	Garantir a segurança dos docentes na escola	
89	Legislar de forma a acabar com a violência nas Escolas	
121	Estabelecer em sede de negociação, a forma de redignificar a carreira, atribuindo aos docentes maior autoridade no serviço da docência, para que os atos de violência sejam erradicados e fortemente penalizados. Esta é de todas a principal prioridade!	
146	Indisciplina	
187	Prevenir a indisciplina e proteger o professor	
212	Legislar o regime jurídico da violência na escola; assim como a indisciplina	
233	Legislar sobre indisciplina. Legislar sobre Buling	
34	Legislar no sentido de devolver a autoridade e reconhecimento social ao professor.	
37	Repôr a autoridade do Professor na sala de aula; retirar poder de decisão do encarregado de educação na Escola;	
244	Medidas de controlo da indisciplina e agressividade nas escolas	
231	Promover um ambiente seguro na Escola.	
198	Restituir um campo mais alargado de exercício da autoridade dentro da sala de aula.	
56	Medidas de atuação na defesa de direito do professor na prática docente (atendendo aos sucessivos ataques a que somos sujeitos)	
190	Adoção de medidas efetivas para o cumprimento do legislado, no que concerne a medidas disciplinares e dos deveres dos alunos e encarregados de educação.	
220	Atribuir mais autoridade e autonomia aos professores agredidos por alunos e encarregados de educação.	
141	Controlo da indisciplina dos alunos.	

<b>10 - GESTÃO DAS ESCOLAS</b>		<b>Nº</b>
30	Dignificar efetivamente a carreira; proteger os professores desta absurda violência a que estão sujeitos; alterar rapidamente a Gestão das escolas (no presente, as direções trabalham para as autarquias; para a comunidade e pouco para a realidade que existe dentro da escola; acabar com mega agrupamentos; proporcionar aos assistentes operacionais formação adequada ao seu desempenho.	<b>20</b>
39	Fim dos Diretores	
46	Rever a forma de Gestão das Escolas	
47	Mudar a forma de gestão dos Agrupamentos.	
48	Acabar com a burocracia nas escolas e forma de gestão das mesmas	
51	Implementar um modelo democrático de gestão na escola	
164	Rever a questão da gestão das escolas	
92	Rever e alterar o regime de gestão.	
196	Criar a carreira de diretor de escola	
232	Alterar o Sistema de Gestão das Escolas.	
234	Rever os critérios e a forma de eleição do Diretor	
238	A direção da escola deve ser eleita por todos os professores	
255	Novo Regime de Gestão Escolar	
257	modelo de gestão democrático	
272	gestão democrática nas escolas	
90	Rever e alterar o regime de gestão da escola.	
143	Limitação de mandatos da figura dos diretores. Autonomia escolar: gestão da componente letiva no sentido de devolver ao Ministério essa gestão.	
188	Rever a forma de gestão das escolas	
56	Municipalização do processo de contratação de professores.	
116	Preparar formas de luta que vedem a municipalização das escolas / transferência de competências ao nível dos docentes para as autarquias.	

<b>11 - DOCENTES CONTRATADOS</b>		<b>Nº</b>
25	Acabar com a distinção entre o professor contratado e o professor do quadro! Ou somos todos iguais, mesmo para os sindicatos ou andamos a dar motivos para que falem de forma contínua, mal de nós e com razão! Acabar com o monopólio da Fenprof! A FNE fala pouco e no ruído mal se houve!	10
20	Integração na carreira docente, os professores contratados com mais de 18 anos de serviço, independentemente dos 3 contratos completos e anuais sucessivos, que estão a ser ultrapassados, todos os anos, por colegas com menos tempo de serviço e graduação!!!	
41	Compensação aos contratados e não só da deslocação para o local de trabalho. Rever as condições dos contratados de acesso à carreira (contagem em dia e não as atuais)	
61	Olhem para os pobres contratados. Exijam já este ano um concurso externo extraordinário. Tenho 20 anos de serviço e vejo-me ser ultrapassado todos os anos por colegas menos graduados, mas que tiveram a sorte de renovarem contrato e eu, que tenho tido o "azar" de não haver horas para me renovar, fico com menos vagas disponíveis e acabo em horários incompletos que me interrompem a contagem dos 3 anos para a norma-travão (essa maldita!).	
62	Necessidade de um concurso externo extraordinário, seguindo a graduação e sem norma-travão nos termos em que se encontra. Há inúmeros casos de docentes que já vincularam com dois contratos temporários (mas que contabilizaram 365 dias em cada ano) e apenas um horário anual no ano de vinculação. Não é o que diz a lei, mas é o que se verifica. Não vejo os sindicatos fazerem nada pelos contratados que estão a ser INDEVIDAMENTE ultrapassados...	
104	O artigo 79.º do ECD deve ser aplicado aos docentes contratados. Este artigo deve privilegiar a idade avançada independentemente do facto de ser dos quadros ou não.	
123	Não esquecer os contratados!	
145	Os docentes contratados há muitos anos serem integrados na carreira.	
181	Dar mais atenção as condições dos docentes contratados	
270	Integrar os professores contratados com muitos anos de serviço comprovado na carreira	

<b>12 - CARREIRA DOCENTE</b>		<b>Nº</b>
49	Lutar pela carreira docente de regime especial	16
58	Revisão de toda a carreira docente tendo em conta as injustiças que já existem.	
254	Rever no ECD o critério de não aceitação, para efeitos de progressão, da formação realizada antes do ingresso na carreira, com particular relevância para mestrados e doutoramentos.	
33	Rever, exigindo JUSTIÇA, o acesso ao 5º e 7º escalões dos docentes destacados nos vários organismos do estado e também nos sindicatos!!!! A caravana passa e nós ficamos a olhar para ela!!!	
161	Rever o estatuto da carreira docente.	
162	Rever o estatuto da carreira docente.	
203	Entrada na carreira docente com o tempo de serviço mínimo	
90	Rejuvenescer a Carreira Docente	
253	Pugnar pelo cumprimento e justiça na aplicação da legislação em vigor relativamente às mudanças de escalão, sobretudo quando está implicado o 5º escalão, com apenas 2 anos e em que existem muitos vazios e interpretações, podendo ocorrer grandes prejuízos.	
195	Fazer a análise/comparação entre o tempo de serviço efetivo de cada docente e da sua posição na carreira. Pois, sem motivo aparente, há situações muito díspares.	
210	Extinção do regime de quotas aos 5º e 7º escalões.	
239	Reposição dos 12 artigos 102	
242	Recuperação da redução da componente letiva para os 40 anos	
52	Atribuir outras funções aos docentes com mais de 60 anos.	
154	Revisão da redução da componente letiva (antecipação da aplicação).	
71	Extinção da componente não letiva a partir dos 60 anos, acrescida da redução letiva em 10 tempos	

<b>13 - AVALIAÇÃO</b>		<b>Nº</b>
102	Tornar a avaliação pública.	16
103	Tornar a avaliação pública.	
59	Avaliação invertida e nada justa de acordo com a qualidade do docente	
120	Determinação das condições do avaliador externo e do pagamento obrigatório da observação das aulas.	
133	Simplificar o processo de avaliação	
137	A carreira é única, não deve haver constrangimentos no seu percurso porque leva a situação acrescida de injustiça entre os graus. Precisamos de uma avaliação simplificada	
161	Rever o atual modelo de avaliação docente.	
162	Rever o modelo atual de avaliação.	
166	Assegurar transparência no processo de avaliação do docente com publicação de resultados.	
101	Publicitar os critérios para atribuição de Muito Bom e Excelente na Avaliação de Desempenho Docente.	
186	Estabelecer critérios uniformes e claros na avaliação docente para todos os Agrupamentos/Escolas e abolir a lista nacional onde estão colegas com valores de 8,9 - vergonhoso - quando há colegas com 8,2 que progrediram e não foram para a lista nacional	
232	Alterar o Sistema de Avaliação de Professores	
215	Rever a avaliação docente	
224	Terminar com as aulas assistidas	
236	A extinção do regime de quotas aos 5º e 7º escalões	
260	Devolver autonomia ao professor acabar com avaliação praticada por cotas com critérios arbitrários	

<b>14 - 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO</b>		<b>Nº</b>
55	Os professores do grupo 110, são e serão sempre os mais penalizados, pois terão sempre que fazer o recreio com os alunos, não tendo qualquer tempo de descanso das 9h às 12h30. Por outro lado, trabalham 25h letivas até ao fim da sua carreira e nem por isso têm qualquer benefício, sendo o desgaste destes muito mais acentuado, nos dias de hoje, devido a vários fatores da nossa sociedade que não vou agora enumerar e que todos nós educadores bem conhecemos!	16
35	Redução do horário dos professores do 1º ciclo como os restantes professores de outros níveis de ensino.	
16	Rever a situação dos docentes do 1.º Ciclo que, trabalhando em monodocência toda a carreira, trabalham mais tempo efetivo do que os outros níveis de ensino.	
91	Rever com urgência o regime de monodocência. Queremos horários como os outros colegas (carga horária)	
98	Repensar a redução do art.º 79 para o 1º ciclo e pré.	
108	22h letivas para o 1º ciclo	
118	Simplificar matérias por ciclo essencialmente no 1.º ciclo para que as aprendizagens tenham mais sucesso. Reduzir número de alunos por turma.	
42	Igualar a carga horária do JI e 1º CEB com os restantes grupos de ensino	
197	A redução do horário que existe no 2º, 3º ciclos e secundário seja proposto também ao 1º ciclo a partir dos 50 anos	
199	Revisão do nº de horas de trabalho letivo atribuídas aos professores do 1º ciclo comparativamente com os docentes do 910, e outros grupos docentes. 1º ciclo 26/27 horas de 60m, 2º ciclo-18 horas de 60 m.	
237	Os professores do 1º Ciclo deveriam ir mais cedo para a reforma por não terem redução das 25 horas	
246	Os professores do 1º Ciclo deveriam ir mais cedo para a reforma por não terem redução das 25 horas	
92	Repor o regime de monodocência	
90	Repor o regime da monodocência	
221	Em caso de professores do 1º ciclo ter em conta a monodocência	
219	Regime especial de reforma para os professores do 1º ciclo que sempre trabalharam em monodocência	

<b>15 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR</b>		<b>Nº</b>
14	Condições de trabalho, hoje não há condições para desenvolver um trabalho sério na educação pré-escolar, porque não há apoio de assistentes dentro da sala ao longo do dia. O apoio é pontual, os grupos de 25 crianças, eu cada vez mais velha e desencantada!...	6
80	Reduzir o número de crianças por grupo, no jardim de infância - obrigatoriedade do pré-escolar	
86	Educação pré-escolar obrigatória a partir dos 4 anos	
98	Repensar a redução do art.º 79 para o 1º ciclo e pré.	
42	Igualar a carga horária do JI com os restantes grupos de ensino	
225	A creche também ser tutelada pelo ministério da educação! Reconhecer educador de infância como docente em creche!	

<b>16 - SAÚDE</b>		<b>Nº</b>
155	Reconhecer o Burnout como doença profissional, salvaguardando uma redução na componente letiva enquanto se justificar ou mesmo total dependendo da gravidade.	3
217	Considerar a profissão docente como profissão de desgaste rápido. Tendo em conta que a classe está envelhecida, deveria ser considerada " especial". - Qualquer serviço não marcado no horário do professor, deve ser considerado extraordinário.	
180	Determinar e organizar a suspensão de trabalho letivo quando é necessário proceder a reuniões; exigir a determinação objetiva de capacidades físicas e mentais para o trabalho docente, de acordo com as especificidades de idade dos níveis de ensino, grupo de recrutamento e o cumprimento da observação dessas características no atestado para a função docente. Em sede inicial e em juntas médicas. Pela qualidade da educação, pela melhoria do ambiente de ensino e pelo direito à cura e aposentação por doença crónica.; exigência de um caderno de estudo, proteção e compromisso de melhoria das condições (físicas, mas também psicológicas) de trabalho para a redução da incidência de doenças físicas e mentais no exercício da profissão. Só física e mentalmente são conseguimos trabalhar com qualidade, e mais tempo.	

<b>17 – ENSINO ESPECIAL</b>		<b>Nº</b>
149	Acompanhamento e apoio a alunos NEE apenas por professores com formação em ensino especial.	1

<b>18 – ARTIGO 79º</b>		<b>Nº</b>
271	Quando o professor tem art.º 79 deve o seu horário ser reduzido sem passar para a componente não letiva	5
266	artigo 79 com verdadeira redução	
211	Redução ao abrigo do art 79º - deve implicar o cumprimento do estatuto	
136	A redução ao abrigo do art.º 79 não deve passar para a componente não letiva, deve libertar o professor porque é um direito do ECD	
113	Reavaliar o artigo 79 no que respeita às substituições. Compensar a recuperação do tempo congelado na idade/ tempo para a reforma.	

<b>19 - FORMAÇÃO</b>		<b>Nº</b>
95	Formação Gratuita	5
138	Formação livre e gratuita salvaguardando os casos em que não existe formação específica.	
165	Lecionação obrigatória da disciplina de Introdução à prática no ensino básico. Formação de professores: rever o modo como funciona a carreira.	
198	Assegurar a formação contínua gratuita, já que obrigatória para todos (é frequente esgotar-se a possibilidade de integrar-se em determinadas ações de formação)	
210	As ações formação deveriam ser grátis sempre e com dispensa de aulas.	

<b>20 - OUTROS</b>		<b>Nº</b>
79	Cumprir de forma eficiente as três supracitadas	30
81	Todos são importantes	
139	Tanto sindicatos como ministério da educação preocuparem-se efetivamente, definindo soluções concretas para a situação laboral dos docentes contratados colocados fora da sua área de residência (alojamento, despesas de deslocação). Alterar a legislação em relação às renovações de contrato possibilitando que docentes contratados na CI com horário incompleto cujo mesmo seja completado até ao final da RR2 renovem o seu contrato de forma a poder contribuir para a estabilidade profissional do docente, mas também à estabilidade do corpo docente da escola, tendo sempre em mente o bem-estar e a continuidade pedagógica dos alunos.	
171	Unir todos sindicatos em 3 (SPZN / ZC / ZS) e chega! Unidos e não divididos! Na ficha de presenças: em 15 prof. presentes, 3 são sócios!! (só?!)	
107	Rever a situação de todos os professores em exercício de funções nas organizações sindicais e outras. Estes docentes, sendo avaliados por ponderação curricular, são gravemente prejudicados pelas escolas, visto que estas não estão capacitadas para avaliar a sua atividade. A agravar tudo isto está a existência de quotas para o acesso ao 5.º e 7.º escalões (reservadas para os docentes em exercício efetivo nas escolas).	
112	Pedido de desculpa formal por parte do governo aos docentes pela desacreditação pública da carreira. Punição dos culpados (pública)	
122	Proceder à fusão dos diversos sindicatos para aumentar a força na negociação!	
140	Reduzir em 50% o N.º de sindicatos otimizando o trabalho e efetivamente trabalhar no sentido de defender os direitos dos Professores.	
200	Fusão dos Sindicatos. Deixar de estar presente nas negociações	
184	Nunca mais perder direitos adquiridos	
67	Lutar para que os professores, injustamente penalizados por erros administrativos, sejam ressarcidos pelo ministério da educação	

226	Nota: Excelente encontro Sindical. Parabéns
247	Mais poder para os professores
252	Assegurar a continuidade do ensino especializado da música nos conservatórios nacionais
12	Acabar com a minoria de professores licenciados e que são remunerados como bacharéis
36	Garantir condições de trabalho que permitam apostar essencialmente para aquilo que deve ser a função de professor.
216	Má contagem de tempo de serviço efetuada pelas escolas. Um(a) interpretam a lei de uma forma e outras de forma diferente...isto no que se refere à passagem do 3º para o 4º escalão.
9	Professores no ensino profissional; Contrato coletivo de trabalho; Tempo de serviço.
192	Diminuir o número de alunos por turma Criação de recursos materiais necessários nas escolas (cacifos) para que os alunos não andem com as mochilas tão pesadas
173	Espaço para trabalhar nas escolas e com condições.
245	Acabar com a reposição das aulas no ensino profissional quando se faz greve ou se assiste a uma reunião sindical.
250	Colocação de assistentes operacionais para acompanhamento em sala de aula de alunos ao abrigo do art.º 54 cujas problemáticas assim o exijam - NÃO ESTÁ A SER CUMPRIDO.
85	Atualização dos equipamentos informáticos e espaços de trabalho nas escolas (não se pode fazer omeletes sem ovos)
261	Consultar os professores em várias áreas (currículo dos alunos, educação inclusiva, avaliação dos alunos ...) indisciplina proteção jurídica da profissão docente, considerando-a uma profissão de risco
207	Estabelecer um quadro objetivo de condições físicas e mentais necessárias ao trabalho docente, de acordo com o tipo de alunos (idade, ano escolar, especificidades educativas), respeitando as especificidades do seu grupo disciplinar, e que tem de ser observado em junta médica por forma a não termos pessoas que não conseguem respirar, e mal conseguem falar, a aparecer à frente de turmas de 5º ano, para ensinar a cantar.
165	Docentes destacados pelo M.E e outros devem regressar à sala de aulas passados dois ou três mandatos.
72	Integração dos técnicos especializados nos quadros dos agrupamentos - finalizar o prevpap
201	Disciplina (mais exigente). Distância até 30/40 quilómetros
168	Rever o regime de Mobilidade Estatutária (Professores que ganham o dobro, e não têm que corrigir exames de Português, outros que vêm para Portugal, para serem corrigidos por nós)
141	Combate à privatização do ensino público. Controlo da indisciplina dos alunos. Promoção da qualidade do ensino público.

## AGRADECIMENTOS

O Sindicato dos Professores da Zona Norte – SPZN, agradece a todos os que participaram na Campanha “Profideias”, quer através do preenchimento do questionário online ou da participação nas reuniões sindicais realizadas.

O agradecimento é também dirigido aos dirigentes e delegados sindicais que promoveram a sua divulgação e desenvolvimento logístico no terreno, nomeadamente através da realização de cerca de duas centenas de reuniões realizadas nas escolas da zona norte.

A todos os colegas, muito obrigado!



SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA NORTE

JANEIRO 2020

<https://www.spzn.pt/pt/noticias/go/profideias>



prof**ideias**

Como melhorar a educação  
e as condições de trabalho  
dos professores em Portugal